

Pretória impede progresso de Moçambique

— denuncia parlamentar holandês

por Noé Dimande

N. 2/3/88

O Governo de Moçambique está a levar a cabo tentativas sinceras para desenvolver o País e o seu Povo em todos os campos, mas essas tentativas são seriamente prejudicadas pela política da África do Sul de desestabilização armada, — afirmou ao «Notícias» Relus Ter Beek, membro do Parlamento holandês e Presidente do Comité dos Direitos Humanos do Reino dos Países Baixos. Ele falava numa entrevista exclusiva ao nosso Jornal, depois de ter sido recebido na última sexta-feira pelo Presidente Joaquim Chissano.

— Sentimos que não se pode compreender o que se passa aqui ou no Zimbabwe sem ter em consideração os efeitos do apoio e abastecimento sul-africano aos bandidos armados — disse Ter Beek quando respondia a uma pergunta sobre o objectivo da missão de três elementos que esteve a visitar o nosso País, desde domingo, a fim de se inteirar da situação dos Direitos Humanos no âmbito ci-

bastante frutíferas. Estamos muito impressionados pela dedicação do Presidente Chissano ao desenvolvimento de Moçambique, referiu.

— No final das conversações dissemos ao Presidente que ele obteve três novos embaixadores voluntários de Moçambique — disse Ter Beek, referindo-se ao seu grupo. Ajuntou que a informação adquirida sobre a realidade do nosso País será levada pela sua missão ao conhecimento do Povo holandês, colocando-a no contexto dos acontecimentos na África Austral, como um todo, e da política de desestabilização da África do Sul, em particular.

As conversações com o Presidente Joaquim Chissano versaram sobre a situação na África Austral e a necessidade de auxílio para Moçambique, mas também sublinhamos que não deverá ser apenas ajuda de emergência, sendo igualmente necessária assistência para o desenvolvimento estrutural — disse.

Acrescentou que o relatório da sua missão irá sublinhar essa necessidade de a Holanda continuar e intensificar a assistência para o desenvolvimento do nosso País.

Contudo, concedeu que, a chave para um desenvolvimento pacífico e próspero das Nações da África Austral está em Pretória, assinalando, por isso, que, uma vez mais, confirmamos a necessidade de derrubar o «apartheid».

Questionado sobre se esta posição significaria a afirmação do potencial de ajuda que os países da África Austral poderão esperar da Holanda, Ter Beek defendeu que, para ser efectiva a política para esta região, no contexto do seu país, deverá integrar dois elementos inseparáveis:

Primeiro, defendeu a necessidade de apoiar o desenvolvimento dos países da Linha da Frente com o objectivo de fortalecer os seus esforços na criação de infra-estruturas, nos esforços para alimentar os seus povos e de desenvolver, de facto, a nação.

Por outro lado, o Ocidente deverá aumentar a sua pressão sobre a África do Sul, através de sanções obrigatórias, bem como pela adopção, no nosso caso, de sanções pela Comunidade Económica Europeia (CEE), como um todo, e pela Holanda, enquanto país, assinalou Ter Beek.

Solicitado a explicar esta sua asserção, considerou que, de uma maneira geral, a política da Holanda na África Austral é positiva. O Governo holandês está a conceder ajuda ao nosso país e a outros Estados membros da Conferência de Coordenação do Desenvolvimento da África Austral (SA-DCC).

Por outro lado, indicou que o Governo holandês tomou algumas medidas no campo de sanções, mas, do nosso ponto de vista, não está a ir para além do desejado e deverá acelerar os seus esforços.

Indagado sobre que tipo de esforços poderá o Governo daquele país empreender nesse sentido, Ter Beek sugeriu que o Governo holandês deveria tomar a iniciativa, dentro da CEE, com vista a tomada de medidas apropriadas contra o regime sul-africano, tendo em conta o recém anunciado banimento da Frente Democrática Unida (UDF) — a maior organização anti-«apartheid» no interior da África do Sul — o Congresso dos Sindicatos Sul-Africanos (COSATU).

— Sinto que as sanções que são agora aplicadas pela CEE no seu conjunto são muito fracas — considerou apontando mais possibilidades que existem para este tipo de pressões sobre Pretória, nomeadamente o boicote à importação do carvão sul-africano, a proibição de novos investimentos naquele país, e o boicote petrolífero.

— Nós desejamos todas as medidas que contribuam para o aumento da pressão sobre o regime sul-africano, concluiu o Presidente do Comité dos Direitos Humanos do Reino dos Países Baixos.



Relus Ter Beek

vil e, sobretudo, no domínio sócio-económico, designadamente saúde, educação e habitação.

Indagado para pronunciar-se a propósito do encontro que manteve com o Presidente Joaquim Chissano, Ter Beek disse que teve conversações